

Sumário

1. Noções de Direito de Família	1
2. Sistema Normativo do Direito de Família.....	3
2.1 Compactando.....	4
2.2 Leis especiais.....	5
3. Pontos Importantes antes de Entrar na Prática das Ações	19
3.1 Indenização por abandono afetivo	19
3.2 Análise das perdas no direito de família (luto emocional)	20
3.3 O ideal de uma abordagem pacificadora	21
3.4 O novo agir dos autores processuais.....	22
3.5 Métodos eficientes de resolução de conflitos.....	24
4. Comunicação e Interação	29
4.1 Comunicação	29
4.2 Elementos	29
4.3 Conteúdo	31
5. Comunicação por Meio da Petição.....	33
5.1 Regras de formatação.....	33
5.2 Citações bibliográficas.....	34
5.3 Nomenclatura das partes	37
5.4 Criança e adolescente: art. 2º, ECA.....	37
5.5 Representação e assistência.....	38
6. Petição Inicial	41
6.1 Quadro comparativo dos requisitos da petição inicial entre os códigos de processo civil de 1973 e 2015	41

6.2	Peticionamento eletrônico - Processo judicial eletrônico (PJe).....	43
6.3	Requisitos da petição inicial.....	44
6.4	Cabeçalho e rodapé.....	46
6.5	Endereçamento/competência	46
6.5.1	Jurisdição (art. 3º, art. 16 e art. 42, CPC) e competência (art. 42 a 66, CPC).....	47
6.5.2	Relação de acessoriedade (art. 61, CPC) e/ou dependência (art. 55, 56 e 286, CPC).....	57
6.6	Do Preâmbulo.....	58
6.6.1	Qualificação completa das partes.....	58
6.7	Capacidade postulatória e nomenclatura da ação	59
6.8	Verbos adequados para o peticionamento.....	60
6.9	Tramitação prioritária	61
6.10	Da gratuidade (art. 98 a 102, CPC).	62
6.11	Das prerrogativas legais da defensoria pública	65
6.12	Da inexistência de e-mail e/ou outros dados.....	66
6.13	Da audiência de conciliação/mediação	66
6.14	Do pedido de tutela provisória de urgência ou evidência (art. 5º, XXXV e LXXVIII, CF e art. 294 ao art. 311, CPC)	67
6.15	Dos fatos	69
6.16	Do direito.....	69
6.17	Do pedido.....	70
6.17.1	Pedidos Eventuais:.....	71
6.17.2	Obrigatórios:	71
6.18	Da citação (regra geral nos arts. 238 a 259, CPC e para casos específicos para ações de família, art. 695, CPC)	72
6.18.1	Citação por edital.....	72

6.19 Intervenção do Ministério Público	73
6.20 Condenação pelo ônus da sucumbência (arts. 85 a 91, CPC)	74
6.21 Da prova	75
6.21.1 Prova testemunhal (art. 442 e seguintes do CPC).....	76
6.21.2 O ônus da prova e sua distribuição dinâmica	77
6.22 Valor da causa (art. 291, 292, 293, CPC)	78
6.23 Encerramento e assinatura	79
6.23.1 Assinatura	79
6.24 Dos documentos.....	80
6.25 Estrutura da petição inicial	80
7. Mandato/ Procuração/ Declaração de Hipossuficiência (Do art. 653 ao 692, CC, art. 103 ao 112, CPC e Lei 8.906/1994 – Estatuto da advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil- EAOAB).....	83
7.1 Mandato.....	83
7.2 Procuração.....	84
7.2.1 Classificação.....	85
7.2.1.1 Quanto à forma da procuração.....	85
7.2.1.2 Quanto à exibição da procuração.....	85
7.2.1.3 Finalidade da procuração.....	87
7.2.1.4 Quanto aos poderes	87
7.3 Formalidades da procuração	88
7.3.1 Mandato judicial	88
7.3.2 Mandato comum.....	90
7.4 Modelos de procuração.....	91
7.4.1 Procuração <i>ad judícia</i> - Pessoa Física	91
7.4.2 Procuração <i>ad judícia</i> - Pessoa Jurídica	91
7.4.3 Procuração <i>ad judícia</i> a rogo	92

7.5 Revogação ou renúncia do mandato (procuração)	92
7.6 Modelos.....	94
7.6.1 Termo de revogação e cancelamento de procuração	94
7.6.2 Notificação extrajudicial ao advogado/advogada.....	95
7.6.3 Renúncia do advogado	96
7.6.4 Comunicado do advogado à parte.....	97
7.7 Substabelecimento	97
7.7.1 Modelo de substabelecimento.....	98
7.7.2 Modelo de pedido de juntada de substabelecimento	99
7.8 Prazo ou extinção de uma procuração.....	99
7.9 A responsabilidade civil do advogado/advogada	100
7.10 A Defensoria Pública e a procuração.....	101
7.11 Declaração de hipossuficiência.....	102
8. Ações de Direito de Família	105
8.1 Termo de acordo judicial e extrajudicial	107
8.2 Ações com repercussão afetiva.....	115
8.2.1 Adoção de adulto	115
8.2.2 Alienação parental	124
8.2.3 Anulação e nulidade de casamento	132
8.2.4 Busca e apreensão de criança/adolescente	140
8.2.5 Divórcio	150
8.2.6 Guarda e direito de convivência familiar	164
8.2.7 Reconhecimento e dissolução de união estável.....	187
8.3 Ações de natureza alimentar	207
8.3.1 Alimentos.....	207
8.3.1.1 Alimentos avoengos	217

8.3.1.2 Alimentos Gravídicos	224
8.3.1.3 Alvará de alimentos – FGTS.....	231
8.3.1.4 Execução de alimentos	238
8.3.1.5 Exoneração/extinção	253
8.3.1.6 Oferta de alimentos.....	259
8.3.1.7 Prestação de contas	266
8.3.1.8 Revisional	272
8.3.2 Alteração do regime de bens.....	282
8.3.3 Emancipação	289
8.4 Ações de parentalidade.....	296
8.4.1 Ascendência genética ou investigação de ascendência genética ..	298
8.4.2 Investigação de paternidade e/ou maternidade.....	304
8.4.3 Reconhecimento de paternidade/maternidade	321
8.4.4 Negatória de paternidade	331
8.4.5 Impugnação de paternidade	339
8.4.6 Desconstituição de vínculo socioafetivo ou parental.....	346
8.4.7 Prova de filiação.....	353
8.4.8 Filiação socioafetiva	359
8.4.9 Reconhecimento de multiparentalidade ou pluriparentalidade.....	364
8.5 Da tutela, curatela e tomada de decisão apoiada	371
Referências	375